



EDITORIAL

Raimunda Nonata do Nascimento Santana (UFMA)¹
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (UFMA)²

O Dossiê Temático do número 29 n. 2 (jun/dez 2025) da Revista de Políticas Públicas (RPP), periódico científico do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, intitula-se **“POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AJUSTES FISCAIS OU DIREITOS SOCIAIS: para onde aponta o Novo Arcabouço Fiscal brasileiro?”**. A opção editorial por esse tema teve como substrato sua relevância histórica e seu diálogo com as Ciências Sociais Aplicadas e as Políticas Públicas porque o conjunto de regras fiscais, utilizado como instrumento de controle orçamentário, como é sabido, constitui-se de peças políticas que servem para indicar os caminhos que o Governo deve trilhar e os dispêndios a serem impostos sobre os membros da sociedade em contexto de disputa pelo fundo público .

Salvador (2024, p. 7) lembra que, no Brasil, a garantia de recursos orçamentários para satisfazer, não só o apetite do mercado, como afiançar direitos sociais foi objeto das políticas econômicas neoliberais após a CF de 1988, produzindo-se medidas institucionais destinadas a estancar os gastos sociais e o aumento da carga tributária indireta, ao tempo em que praticada elevada taxa de juros. O ciclo de políticas econômicas, a partir daí, foi caracterizado por ajuste fiscal constante que confere fronteiras limitadas ao crescimento dos gastos sociais, enquanto foram sendo canalizados recursos do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida pública, além da redução ou eliminação de tributos dos mais ricos.

O Novo Arcabouço Fiscal (NAF), regido pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, substituiu a Emenda Constitucional nº 95/2006, conhecida como "Teto de Gastos", e estabelece um regime fiscal sustentável com o objetivo de equilibrar a relação entre a

¹ Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. Endereço: Cidade Universitária Dom Delgado, Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís – MA. CEP 65080-805. E-mail: nonatasantana@gmail.com

² Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. Endereço: Cidade Universitária Dom Delgado, Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga, São Luís – MA. CEP 65080-805. E-mail: sousa.salviana@ufma.br

arrecadação de impostos e as despesas públicas, promovendo estabilidade macroeconômica e o crescimento socioeconômico. Portanto, reflete a correlação de forças no contexto da luta de classes e suas expressões na particularidade brasileira. Busca garantir a sustentabilidade fiscal, permitindo o aumento de gastos em áreas sociais, enquanto antecipa piso de investimentos de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Como lembra Elaine Rossetti Bhering, em forte e instrutivo diálogo sob a forma de entrevista, concedida a Franci Gomes Cardoso, nessa edição da Revista, “trata-se centralmente de assegurar governabilidade, sinalizando ao mercado financeiro que há controle de “riscos” de default (calote, inadimplência)”. Uma cristalina e desafiadora compreensão assentada no entendimento de que “o NAF é fundamentalmente uma política fiscal que repõe a lógica anteriormente apontada, com particularidades e deixando no passado recente o aventureirismo inédito e espantoso da Emenda Constitucional 95 (PEC da morte ou do fim do mundo) aprovada em 2016, que congelava por vinte anos os gastos primários e praticamente inviabilizava o Estado brasileiro”.

Assim, reafirmando e concretizando o interesse político-acadêmico e editorial da RPP em contribuir para o debate sobre “para onde aponta o Novo Arcabouço Fiscal brasileiro?”, temos o prazer de apresentar ao leitor desse Periódico acadêmico os produtos relativos à presente edição da RPP, v.29, n.2. O conjunto relacionado ao Dossiê Temático inclui uma Entrevista Especial denominada “**Políticas de Desenvolvimento Econômico, Ajustes Fiscais ou Direitos Sociais:** para onde aponta o Novo Arcabouço Fiscal brasileiro?” feita pela Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso com a Profa. Dra. Elaine Rossetti Behring; uma Resenha elaborada pela Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima do livro de autoria do Prof. Dr. Orlando Oscar Rosar denominado “**Aspectos estruturais e históricos do regime de metas de inflação:** a experiência brasileira no período de 1999-2018”, além de treze artigos. Em seguida, são apresentados outros treze artigos que conformam a seção Temas Livres e ponderam sobre tópicos diversos, relacionados, cada um ao seu modo, a matérias basilares no campo das Políticas Públicas.

Dessa maneira, os textos, cujos conteúdos são de inteira responsabilidade dos seus autores e autoras, foram escolhidos por seu mérito, no contexto de outros tantos que também tiveram seu valor reconhecido pelos pareceristas *ad hoc*. Em uma segunda seleção, além dessa qualificação, foram consideradas a diversidade regional, institucional, a presença internacional das autorias e a variedade dos recortes temáticos.

Textos do Dossiê Temático: **A CONTRADIÇÃO DO NOVO ARCABOUÇO FISCAL:** limites ao direito à saúde pública no capitalismo brasileiro de Segislane Moésia Pereira da Silva; **A DÍVIDA PÚBLICA COMO FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO BRASILEIRO NO ÂMBITO**

DO MERCADO FINANCEIRO de Liliam dos Reis Souza Santos; **A EXCEÇÃO QUE CONFIRMA A REGRA**: a punição como prioridade orçamentária no neoliberalismo brasileiro de Ana Carolina de Moraes Colombaroli; **A POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: DO NOVO REGIME FISCAL AO NOVO ARCABOUÇO FISCAL** de Thiago Zandoná Chaves; **ARCABOUÇO FISCAL**: aprofundamento do neoliberalismo dependente de Ricardo Souza Araujo; **AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS E O CASHBACK COMO ALTERNATIVA COMPLEMENTAR ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS** de Edemar Rotta e Rodrigo Severo; **CRIADORES, ISENÇÕES E DESIGUALDADE**: a economia dos Influenciadores no Novo Arcabouço Fiscal Brasileiro de Elianara Santos; **ECONOMIA VERDE**: sustentabilidade ou um novo ciclo do capitalismo? de Jose Alderir Silva, Viviane Kalyne Queiroz de Lima e Thiago Geovane Pereira Gomes; **FUNDO PÚBLICO E FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**: desafios e perspectivas de Mossicleia Mendes Silva e Ana Paula Mauriel; **NOVO REGIME FISCAL BRASILEIRO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: o orçamento na esteira do capital de Douglas Marques e Vitor Hugo Rosa Ribeiro; **O NOVO ARCABOUÇO FISCAL BRASILEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO ECONÔMICO DE EMERGÊNCIA PERMANENTE** de Rodrigo Lustosa Veras, Willame Parente Mazza e Raul Lopes de Araújo Neto; **REGULAÇÃO DOS PROVEDORES DE APLICAÇÕES DE INTERNET COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO** de Alejandro Knaesel Arrabal e Otávio Henrique Baumgarten; **SPREAD BANCÁRIO, JUROS E POLÍTICA CREDITÍCIA NO BRASIL**: impactos na concentração de capital e no desenvolvimento de Jomar Fernandes

Textos da Seção Temas Livres: **A CONSTRUÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**: narrativas de um percurso de Fernanda Theodoro Roveri, Renata Esmi Laureano, Marco Aurélio Alves, Mariana da Cunha Sotero e Maria Fernanda Luiz Paulo; **A DIALÉTICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM MOÇAMBIQUE** de Hermenegildo Moises Nhabanga, Raquel de Carvalho Vieira e João Otacílio Libardoni dos Santos; **A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL EM TERESINA – PIAUÍ** de Lucia Cristina Dos Santos Rosa, Marta Evelin de Carvalho e Thaís de Andrade Alves Guimarães; **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO ESTADO PARÁ**: condição de vida e moradia em municípios paraenses de Najara Mayla do Socorro Veiga Costa Amaro e Joana Valente Santana; **CUSTOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE PALETES NÃO CONFORMES**: uma análise do modelo regulatório brasileiro de Rildo Nascimento; **FAMÍLIAS PERTENCENTES A COMUNIDADES DE TERREIRO NO CADASTRO ÚNICO**: contribuições para a construção de um conceito político e categorial de Kleber Luiz A dos S Gonzaga; **GARANTIA DE DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO IDOSA RURAL BRASILEIRA**: uma revisão integrativa de Thays Hage da Silva,

Ana Paula Vignoli Fundão, Mariana Bonomo e Pedro Henrique Barbosa de Souza; **GÊNERO, RAÇA E CLASSE COMO MARCADORES DE INVISIBILIDADE E SELETIVIDADE SOCIOEDUCATIVA RECOMENDADO COM RESTRIÇÃO** de Amanda Geisler Aires Bispar e Ismael Francisco de Souza; **INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ E DA RELIGIÃO**: a racionalidade e a irracionalidade do sagrado no Brasil contemporâneo de Marinina Gruska Benevides e Gerson Augusto de Oliveira Júnior; **OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A INFÂNCIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE ZERO A SEMPRE, LEI 1804 2016-COLÔMBIA** de Yeimy Carolina Espitia Villafane e Ana Carolina Gonçalves Reis; **PUBLIC INNOVATION POLICIES IN ACRE**: a systemic analysis of the regional ecosystem of science, technology and innovation de Júlio César Klipel Silva, Rodrigo Duarte Soliani, Herika Fernanda Montilha Satrapa e Mario Sérgio Pedroza Lobão; **SANEAMENTO NO MARANHÃO**: projeções para o cumprimento das metas de saneamento básico até 2033 de Francisco Tugna Nhaga; **USOS DOS CONCEITOS DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA** de Ana Virginia do Nascimento Moreira e Ana Cristina Brito Arcoverde

Enfim, esperamos que o material disponibilizado nessa edição da RPP qualificada pela participação de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e do exterior possa contribuir para adensar reflexões e debates sobre questões afeitas à realidade atual.

REFERENCIAS

¹SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. **Argum.**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024. p.7